

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | março de 2021

71



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nílo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA: AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO INSTRUMENTO DE CRESCIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL¹

Daniel Pereira dos Santos²
Paulo Sérgio dos Santos³

1 INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1980 e 1990, assim como todo o Brasil, a Paraíba passou por uma crise no mundo do trabalho, decorrente da automação da produção e da difusão do ideal de capitalismo financeiro emergente no país. Como alternativa a este contexto, muitas comunidades se mobilizaram em torno do fortalecimento de projetos locais, buscando a promoção de relações produtivas mais justas, não hierarquizadas e focadas no desenvolvimento sustentável, baseando-se na produção cooperada, bem como na participação mais ativa dos atores envolvidos, tanto na organização da produção quanto dos destinos dos rendimentos. É neste cenário que vão (re)surgir iniciativas de economia solidária como os fundos rotativos solidários (FRS) (Gonçalves, 2011), as associações e cooperativas provenientes dos assentamentos de reforma agrária (Pereira, 2009), os grupos urbanos de artesãos e catadores (Santos, 2016), entre outros coletivos atuantes no estado.

Em conjunto com os empreendimentos econômicos solidários, atuam também diversas organizações de apoio, como a Cáritas Brasileira, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac), entre outros.⁴ A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possuía um grupo de trabalho (GT) com pesquisadores que se debruçavam sobre o campo do trabalho. No ano de 2001, os pesquisadores, apoiados pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), gestaram a Incubes/UFPB.⁵

Seguindo o movimento a nível nacional no início da década de 2000, a economia solidária passa a se organizar enquanto um movimento heterogêneo e organizado, vindo a surgir, em 2003, o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba (FEES-PB).⁶ O fórum tem como uma das atribuições o diálogo junto ao poder público com a finalidade de construção de políticas públicas de economia solidária na Paraíba.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/economiasolidaria3>

2. Assessor técnico da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (Incubes/UFPB). *E-mail*: <danielpereiraradio@gmail.com>.

3. Assessor técnico da Incubes/UFPB. *E-mail*: <paulosociologia@hotmail.com>.

4. Sobre a atuação de organizações de apoio e fomento à economia solidária no Brasil, ver Silva (2020a).

5. Sobre a atuação das incubadoras de cooperativas no Brasil, ver Addor, Maia e Oliveira (2020).

6. Sobre a formação do movimento social de economia solidária no Brasil, ver Silva (2020b).

Essa articulação com o poder público proporcionou que ocorresse, no ano de 2009, um diálogo com o governo estadual e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) para a implantação de um centro público de economia solidária. Entretanto, devido à falta de orçamento por parte do governo estadual, não foi possível a viabilização deste equipamento naquele momento. Em 2010, a política pública de economia solidária no estado avança, refletindo na participação da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) na preparação e realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes).⁷ Neste momento, a nível estadual, criou-se a possibilidade de institucionalizar uma política que reconheça os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras associadas e que construa uma integração de diversos atores e setores no estado da Paraíba.

Em 2011, após o lançamento pela Senaes do edital do Projeto Ações Integradas em Economia Solidária (Paies), o FEES-PB, a Rede Lixo e Cidadania e a Articulação do Semiárido (ASA) se articularam junto à SEDH e enviaram uma proposta. Esta foi aprovada e no mesmo ano foi assinado o convênio com a Senaes para a execução do projeto. Contudo, devido a entraves burocráticos, a execução só se iniciou em 2014, mesmo ano no qual a diretoria de economia solidária da SEDH passou por uma reformulação, tornando-se Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes). Desde então, uma série de ações ocorreram em prol da economia solidária na Paraíba, sendo o Paies o carro chefe e o divisor de águas no que se refere a implantação da política pública.

No período de 2014 a 2017, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões no Paies, cujo objetivo principal foi o apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local, visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de renda em iniciativas econômicas associativas. Entre as ações executadas no Paies se destacam a implantação do Centro Público Estadual de Economia Solidária, a formação de gestores públicos no tema, o apoio à implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e também o apoio à criação do Plano Estadual de Economia Solidária do estado da Paraíba.

Após o término do Paies, foi executado, no período de 2018 a 2019, o projeto de Fortalecimento das Redes de Cooperação em Economia Solidária, com recursos próprios. Na perspectiva de continuidade e ampliação do Paies, esta ação teve como objetivo apoiar os empreendimentos econômicos solidários no estado, prestando assessoramento e consultoria, inserindo-os em redes de comercialização virtual e convencional e fortalecendo a institucionalidade das políticas públicas de apoio.

Também em 2019 foi implantada, por meio da Lei nº 11.499/2019, a política estadual de economia solidária no estado da Paraíba, que tem no seu art. 5º o seguinte texto: “A Política Estadual de Economia Solidária constitui-se em instrumento pelo qual o Poder Público, *com a participação da sociedade civil organizada*, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas ao fomento da economia solidária” (Paraíba, 2019).

7. Sobre a organização das Conaes, ver Silva, Cunha e Silva (2020).

Dentro do grande campo de atuação da economia solidária, o seguimento das finanças solidárias tem um papel significativo e vem a cada dia ocupando um espaço maior, seja, pelas ações que estão sendo executadas, seja pelo aumento na participação de novas organizações e pessoas que passam a discutir a temática. As finanças solidárias tem como finalidade permitir às pessoas excluídas do sistema bancário que acessem oportunidades de renda. Desta maneira, o desafio gira em torno da necessidade da democratização de acesso ao crédito, que vem fazer face ao problema da seletividade neste acesso e sua consequente limitação de oferta, ligadas à busca de rentabilidade das instituições financeiras (França Filho, 2014; Silva, 2020c).

As finanças solidárias são constituídas basicamente de quatro grandes grupos: i) Clubes de Trocas Solidários; ii) Cooperativas de Crédito; iii) FRS; e iv) BCDs.

Na Paraíba, principalmente após a execução do projeto Paies, foram os BCDs e suas “moedas sociais” que ganharam notório destaque, potencializado com a criação da Rede Paraibana de BCDs, que realizou três encontros estaduais de finanças solidárias para discutir a temática no estado. Os BCDs têm como papel principal apoiar empreendimentos locais em suas estratégias, seja a partir do financiamento às suas atividades, seja na construção de redes locais de consumo e comercialização. Nesse sentido, é papel dos bancos comunitários o estímulo a redes de consumo e a produção a partir dos créditos de consumo (em moeda social) e produtivo (em reais) (Nesol, 2015; Silva, 2020c).

Uma diferença fundamental dos BCDs para as demais experiências de finanças solidárias ou de microcrédito é o seu modelo de gestão. Este modelo está pautado no controle social do próprio território onde ele está inserido e continua pelas demais instâncias do BCD (França Filho, 2012).

Neste cenário, os BCDs na Paraíba se moldaram nos últimos vinte anos, passando a ser instrumentos importantes de difusão de iniciativas coletivas e de desenvolvimento das localidades e de propostas de políticas públicas no campo da economia solidária no estado, conforme poderemos ver na próxima seção.

2 OS BANCOS COMUNITÁRIOS NA PARAÍBA

A história dos bancos comunitários no estado da Paraíba começa com a iniciativa no bairro de São José, no ano de 2008. São José, que já foi considerado favela, comunidade e, atualmente, após o último zoneamento urbano de João Pessoa, passou a ser denominado bairro, é um território de muita resistência histórica no município. Ele fica situado junto ao bairro de Manaíra (região com alto poder aquisitivo), o que durante anos gerou constantes conflitos de interesses e de especulação imobiliária na busca de sua relocação.

Neste contexto de lutas, conquistas e perdas, o bairro de São José vem buscando formas de melhorar as condições de seus habitantes. Uma destas iniciativas foi discutir um novo modelo financeiro pautado nas finanças solidárias.

As discussões para implantação do banco comunitário no bairro começam no ano de 2007, com as primeiras conversas entre moradores de São José. Em 2008, após a abertura de um edital

para finanças solidárias do governo federal e executado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, a associação de moradores local escreveu um projeto que concorreu e foi contemplado, começando aí o primeiro financiamento governamental para a implantação de um BCD na Paraíba (Lima, 2011).

Neste primeiro momento, o projeto contou com apoio e assessoria do próprio poder público municipal, através da Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Desan-JP), além da Incubes/UFPB e da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA).

Nesse contexto, foi organizado na própria comunidade, em 2008, o I Seminário de Economia Solidária de São José. No evento, após várias discussões junto à comunidade, foi definido o nome do banco, que passa a ser chamado de *Banco Comunitário Beira Rio*, assim como o nome da moeda social: *Ribeirinho* (Lima, 2011).

O início do Banco Beira Rio foi promissor, mas com o passar do tempo um conjunto de fatores levou à instabilidade e à suspensão das atividades. Mesmo assim ele acabou se tornando um marco histórico e de aprendizagem para as finanças solidárias e os futuros BCDs no município de João Pessoa e no estado da Paraíba como um todo.

Foi justamente a partir da semente plantada no bairro de São José que começou se ramificar outras experiências de BCDs. Como é o caso da segunda experiência, que começou em outra comunidade às margens do Rio Jaguaribe, desta vez no conjunto do Castelo Branco III, próximo ao *campus* I da UFPB, um dos motivos para a discussão da implantação do mesmo na localidade.

A discussão sobre o BCD surgiu em dezembro de 2011, quando a Incubes, parceira do Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), em uma reunião na comunidade, apresentou a experiência do Banco Palmas (Santos, 2013). Assim, o BCD na comunidade São Rafael, diferentemente do que aconteceu no bairro de São José, nasceu da experiência consolidada de uma organização local, o CPCC,⁸ que atuava desde 2005 com economia solidária através do Grupo Produtivo de Panificação – que mais a frente se tornou a Padaria Comunitária São Rafael.

Após uma série de ações (sessões de cinemas, palestras abertas, programas na rádio comunitária, intercâmbios, entre outras), no ano de 2012 foi definido junto à comunidade o nome do banco, que passou a ser chamado de *Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB)*, referência ao jardim de mesmo nome localizado em frente à comunidade. E o lançamento da sua moeda social ocorreu em junho do mesmo ano, em evento que além dos moradores da comunidade e parceiros contou com a presença do professor Paul Singer, que na época era o Secretário Nacional de economia solidária (Raposo, 2014).

Um processo importante na construção do BCDJB é o mapeamento socioeconômico da comunidade, que ermitiu tanto à Incubes/UFPB quanto ao Instituto Voz Popular (IVP)⁹ montarem um banco de dados extremamente robusto sobre o território, com informações desde a produção e o consumo, até o panorama sociopolítico e cultural local.

8. Que teve uma mudança de nome e hoje se chama IVP.

9. Antigo CPCC.

A partir da experiência do BCDJB, a forma de se discutir esta ferramenta na Paraíba ganha outro patamar. Atualmente, o BCDJB se desponta como uma referência na gestão das finanças solidárias para as demais experiências no estado. Por ser inserido em um pequeno território geográfico, pôde experimentar e criar com mais liberdade, sem grandes perdas financeiras.

Recentemente, foram iniciados diálogos para implantação de um cartão de débito próprio, o *Orquídea Card*, além do cartão *e-Dinheiro*, moeda social digital criada pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários para potencializar as finanças solidárias e a interação entre os BCDs de todo o país. O cartão tem como objetivo facilitar a circulação da moeda social *Orquídea* a partir da Padaria Comunitária e demais ações executadas pelo IVP na São Rafael. Outro diferencial do cartão será a tecnologia usada no mesmo, baseada na lógica *open source* (*software* livre).

Estas iniciativas não se resumem ao diálogo no interior da comunidade. Paralelamente, é realizado um processo de provocação junto ao poder público para que essas e outras iniciativas locais e solidárias recebam aporte para o seu fomento. Um exemplo foi a discussão do BCDJB na construção da proposta do projeto Paies na Paraíba, proporcionando que fosse garantido o planejamento e os recursos para o desenvolvimento e o fortalecimento das finanças solidárias no estado. Tudo isso possibilitou o surgimento de outras iniciativas.

A terceira experiência de BCD em João Pessoa começou no bairro de Muçumagro, no extremo sul da cidade. Através da parceria com o projeto Bem da Gente¹⁰ e a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (Acam), as discussões avançaram e, com a articulação da Incubus/UFPB e do BCDJB, o bairro de Muçumagro passou a ser contemplado com as ações projeto Paies, construindo de forma concreta a proposta de um BCD no território.

Tais experiências na capital do estado foram importantes para a criação dos demais BCDs da Paraíba, avançando para os municípios do interior. A experiência na Cidade de Lagoa de Dentro, na região do brejo paraibano, surgiu a partir dos diálogos com a Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro (ADURLD), entidade gestora da rádio comunitária Lagoa FM. Após as primeiras discussões com a entidade gestora e outras lideranças locais e com todos e todas entendendo e querendo a implantação do BCD na cidade, deu-se início à sequência metodológica para construção do banco, onde, em 2016, surgiu o Banco Comunitário de Desenvolvimento Lagoa e a moeda social *Margarida*.

A quinta experiência de BCD ocorre na cidade de Pombal, sendo a primeira no sertão do estado. Teve como nome *Banco Maringá*, em referência à lenda da cabocla retirante, e a moeda social *Margarida*, em homenagem póstuma a uma das mais atuantes lideranças da cidade na área de educação e da busca do direito das crianças. A iniciativa surgiu a partir dos diálogos com a organização local Centro de Educação Margarida Pereira da Silva (Cemar), organização com mais de trinta anos de atuação na cidade, nas áreas de educação e garantia dos direitos sociais. Com a contrapartida do Cemar, foi possível articular os parceiros locais para uma implantação mais ágil e capilarizada. Prefeitura local e organizações como igrejas e outras entidades passam a compor o conselho gestor e consequentemente disseminar ainda mais a ideia do BCD na cidade, garantindo mais credibilidade e recursos para a criação do banco.

10. Projeto social desenvolvido pela Energisa, concessionária elétrica da Paraíba.

A sexta experiência se consolidou na cidade de Remígio, também na região do brejo paraibano, e é a primeira experiência na Paraíba onde a discussão de implantação partiu do poder público local. A prefeitura, a partir das discussões, se preparou legalmente – assim como já acontece em outros municípios do Brasil – para garantir o suporte ao BCD local, através de lei municipal própria.

As quatro experiências – Muçumagro (Banco Muçubank), Lagoa de Dentro (Banco Lagoa), Pombal (Banco Maringá) e Remígio (Banco Reis) – surgiram, portanto, como fruto direto das ações do Paies, após o processo de sensibilização junto ao poder público do movimento de economia solidária e especialmente dos participantes de grupos de finanças solidárias. Os BCDs, por sua concepção, assumiram esse papel de diálogo junto aos entes públicos, provocando, cobrando e propondo o avanço de iniciativas solidárias nos territórios.

3 CONCLUSÃO

O território, a partir das diferentes concepções (local, comunitário, regional etc.), deve estar no cerne das realizações para o desenvolvimento, na ideia de territorialidade, envolvendo relações políticas de governança, sem deixar de lado processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do meio ambiente. Neste sentido, há uma especificidade ligada ao entendimento do território enquanto espaço de mobilização e luta política em favor da conquista da autonomia decisória (França Filho, Magnelli e Eynaud, 2020).

Vinculados aos territórios vulneráveis tem-se os movimentos populares e setores da sociedade civil cobrando e denunciando a falta de investimentos públicos que garantam os direitos fundamentais das pessoas que ali vivem. E para além destes, surgem as articulações e iniciativas autogestionárias das comunidades que questionam e atuam frente às relações políticas, econômicas e culturais de dependência (Molina *et al.*, 2020).

É nestes sentidos que os BCDs atuam. Eles cumprem o papel de contribuir de forma significativa para o fim da exclusão financeira e bancária das famílias em situação de vulnerabilidade social nos seus territórios, mas também se voltam para a resolução de diversos outros problemas que afetam o cotidiano.

Como vimos na Paraíba, a implantação dos BCDs passou por um diálogo junto aos órgãos governamentais e também a articulação entre eles próprios. A sua continuidade e o seu fomento perpassa pela continuidade dessa provocação. Desta forma é que a Rede Paraibana de Bancos Comunitários vem atuando. Através da realização dos seminários estaduais de finanças, a rede tem levado convidados¹¹ e debates¹² são levantados em busca do fortalecimento da economia solidária no estado, para que, assim, essas medidas possam ser concretizadas observando as especificidades de cada um dos territórios.

11. Nos três seminários realizados foram convidados representantes de bancos, de entidades de apoio e de entes governamentais da Paraíba e de outras regiões do Brasil.

12. Foram temas de debates a adoção de leis municipais de economia solidária, a adoção de renda básica nos territórios, o financiamento para os bancos e para os grupos, entre outros temas.

No contexto atual, mesmo com as dificuldades ocasionadas pela pandemia da Covid-19, os empreendimentos econômicos solidários têm buscado soluções que não visam apenas o retorno comercial e econômico para o grupo, mas que supram também as demais demandas da sociedade nesse momento.

É o que vem acontecendo na Paraíba, onde os levantados têm se organizado para suprir as necessidades expressas pela população. Um exemplo é o caso do BCDJB, que vem se articulando com grupos da agricultura familiar que fazem parte do movimento de economia solidária. Semanalmente, os grupos da agricultura familiar realizam dentro da comunidade São Rafael uma feira com alimentos agroecológicos, visando escoar a produção dos grupos locais que, nesse momento, também passam por dificuldades e, ao mesmo tempo, criar condições mínimas de subsistência e de segurança alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade. Já existe a articulação do BCDJB para que a feira passe a ocorrer no interior de outras duas comunidades. Além disso, tem-se buscado o diálogo com o gestor da SEDH para apresentar um projeto no qual um valor em moeda social será destinado para que as famílias em situação de vulnerabilidade possam adquirir produtos saudáveis e com preço justo no seu próprio território.

Ficou evidente com a pandemia que é necessário um modelo político-econômico que pense o desenvolvimento através de um conjunto de práticas de ação pública na fronteira entre economia, solidariedade, democracia e territorialidade. É de grande importância que se adote uma territorialização da economia com um retorno às questões sociais locais. Afinal de contas, não há dúvidas que são os próprios territórios que devem (ou deveriam) decidir democraticamente sobre as formas econômicas e as ações sociais que irão melhor guiar seu desenvolvimento. É nesse sentido que a economia solidária na Paraíba, em especial os BCDs, vem desenvolvendo suas ações.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F.; MAIA, L.; OLIVEIRA, T. Outra inovação é possível: a relevância do Proninc e a consolidação das Ites como espaço de desenvolvimento tecnológico. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias**: por uma abordagem da inclusão financeira. Brasília: Senaes/MTE, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 167-184, 2020.

GONÇALVES, A. F. A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública. **Revista Gestão Pública: práticas e desafios**, Recife, v. 1, n. 1, 2010.

_____. Desenvolvimento, mercado e política sociais em comunidades camponesas no estado da Paraíba. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 1, p. 249-273, 2011.

LIMA, J. C. A. **Bancos comunitários e moeda social como política pública para o desenvolvimento local** – um estudo de caso sobre o bairro São José. Artigo (Pós-graduação lato sensu em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MOLINA, W. S. L. *et al.* A economia solidária no Brasil frente ao contexto de crise Covid -19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020.

NESOL – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Cadernos de Finanças Solidárias**. São Paulo: Nesol/USP, 2015.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do movimento camponeses na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária da UFPB, 2009.

PARAÍBA. Plano estadual de economia solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. João Pessoa, 2017.

_____. Lei nº 11.499, de 8 de novembro de 2019. Institui a Política Estadual de Economia Solidária. **Diário Oficial**, João Pessoa, 8 nov. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/39z1coO>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

RAPOSO, J. G. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico**: gestão social comunitária para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SANTOS, T. F. **Contra a maré?** Economia solidária e cooperativas de catadores em meio ao capital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, S. P. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020a.

_____. A trajetória sócio-organizativa do movimento social de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b.

_____. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020c.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

